

AGEHAB – AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S.A.

CNPJ nº 01.274.240/0001-47

Notas Explicativas da administração às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A, adiante denominada AGEHAB, uma sociedade por ações capital fechado, de economia mista, integrante da administração indireta do Estado de Goiás, sucedânea da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE GOIÁS – COHAB-GO, criada na forma do Decreto-Lei Estadual nº 226, de 03 de julho de 1970 e lei Municipal de Goiânia nº 4.652, de 29 de dezembro de 1972, transformada na Agência Goiana de Habitação, através da Lei Estadual nº 13.532, de 15 de outubro de 1999, sendo credenciada para administrar a carteira habitacional pertencente ao Estado de Goiás e, subordinada ao controle acionário do Governo de Goiás, se reger-se-á pelo presente Estatuto e pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto Estadual nº 8.801, de 10 de novembro de 2016.

A AGEHAB é uma sociedade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

SEDE para todos os efeitos jurídicos, tem sede e foro na cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Rua 18-A, nº 541, Quadra 31-A, Lote 20/21, Setor Aeroporto, CEP: 74070-060 e jurisdição em todo território nacional.

2. ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS

AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A, classificada como **Empresa Estatal Dependente**, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 101 de 04 de maio de 2000, por receber Subvenção Econômica do governo do Estado de Goiás de acordo com a **LEI ORDINÁRIA ESTADUAL Nº 20.733, DE 17 DE JANEIRO DE 2020**. Assim, a partir do Exercício Social de 2021, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado de Goiás.

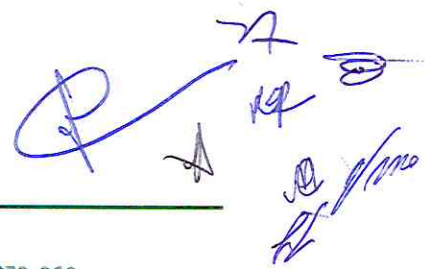
2.1 Base Legal

Lei Federal n. 4320 de 17 de março de 1964 que estabelece Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal

Lei Complementar n. 101 de 04 de maio de 2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Setor Público

2.2 Fontes de Recursos Orçamentários



1. Recurso Arrecadado e Alienação de imóveis refere-se ao contrato prestação de serviço para gerir a Carteira Habitacional do Estado de Goiás, prestação de serviço registros documentais e recebimentos de alienação de imóveis.

2. Recurso Ordinário oriundo do tesouro do Estado de Goiás para pagamento das despesas com pessoal, custeio e de investimento.

3. Recurso Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programas de governo MORADIA COMO BASE DE CIDADANIA para Construção e Reforma de Unidades Habitacionais, Regularização Fundiária e Aluguel Social.

LEI Nº 14.469, DE 16 DE JULHO DE 2003 Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás, *Art. 1º Fica instituído, na Secretaria de Estado da Economia, o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás – PROTEGE GOIÁS, para o combate à fome e a erradicação da pobreza, de natureza contábil, destinado a provisionar recursos financeiros às unidades executoras de programas sociais, com o objetivo de viabilizar à população goiana o acesso a níveis dignos de subsistência por meio de ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, saneamento básico, assistência social, reforço de renda familiar e outros programas ou ações de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.*

4. Recurso Convênios Federais referente aos termos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar Construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários.

3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

Gestor

Pedro Henrique Ramos Sales

Objetivo Institucional

A AGEHAB tem como atividade finalística a execução das políticas públicas, programas e ações voltadas ao direito de habitação, bem como a regularização fundiária, especialmente da população que não dispõe de meios para prover as suas necessidades habitacionais.

Eixo: Goiás da Inclusão

Objetivo Estratégico:

Proteção Social

Programa:

Moradia como base da cidadania

O Plano Plurianual - PPA para o quadriênio de 2020-2023 foi instituído pela Lei Estadual nº 20.755, de 28 de

janeiro de 2020.

O Plano Plurianual 2020-2023 é o instrumento de planejamento governamental que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual e dos demais Poderes do Estado para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos programas de duração continuada.

O Objetivo Estratégico do Programa Moradia como Base da Cidadania é prover a proteção social ampla e a garantia de direitos para a redução das situações de vulnerabilidade habitacional, de risco pessoal e social, bem como de violação de direitos, alcançando aqueles que se encontram em situação de pobreza, fome, abandono, sem moradia adequada ou em residência irregular, para que alcancem uma nova realidade com qualidade de vida.

O Programa Moradia como Base da Cidadania possui nove ações bem definidas e consolidadas, que materializam uma política pública de Estado para a área da habitação:

- Habitação de interesse social; Ação 2116
- Construção de Habitação de Interesse Social para vulneráveis nos municípios da Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno; Ação 3072
- Construção de Habitação de Interesse Social para vulneráveis nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia, Oeste e Centro; Ação 3071
- Construção de Habitação de Interesse Social para vulneráveis nos municípios da Região Norte, Nordeste e Noroeste; Ação 3070
- Construção de Habitação de Interesse Social para vulneráveis nos municípios da Região Sul, Sudeste e Sudoeste; Ação 3079
- Equipamentos Comunitários; Ação 2114
- Moradia Legal (Regularização Fundiária de Interesse Social); Ação 2178
- Pra ter Onde Morar - Auxílio Moradia (Aluguel Social); Ação 2248
- Reforma de Habitações de Interesse Social; Ação 3073

As ações de Habitação de Interesse Social e Equipamentos Comunitários geram vários produtos que são materializados, principalmente, via concessão de Crédito Outorgado do ICMS nas operações internas, com mercadorias destinadas à construção das obras amparadas pelo Programa, regulamentado por meio da Lei Estadual nº 14.542, de 30 de setembro de 2003 e da Lei Estadual nº 16.559, de 26 de maio de 2009.

O subsídio concedido terá o seu valor expresso no “Cheque Moradia”, instrumento destinado à operacionalização do Programa, emitido em nome de pessoas físicas ou jurídicas beneficiárias.

A Agência com intuito de alcançar o maior número de beneficiários celebra parceria com os Municípios, com a União, com as Organizações da Sociedade Civil e com as Construtoras.

As demais ações são com o Recurso Orçamentário o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS.

AÇÃO 2114: EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Na modalidade de construção de Equipamentos Comunitários: subsídio de ICMS Outorgado, destinado exclusivamente à aquisição de mercadorias ou materiais de construção para as obras de construção de Equipamentos Comunitários, com valores máximos previstos na Lei Estadual nº 14.542, de 30 de setembro de 2003.

No Exercício Social de 2022, foram concluídos 14 (quatorze) equipamentos comunitários em 13 (treze) municípios do Estado de Goiás.

Além da conclusão dos equipamentos comunitários citados acima, houve a reformulação do projeto de MODELO Construção de Conselho Tutelar, que atualmente se encontra em fase de adequação orçamentária para posteriormente ser utilizado nas novas construções.

AÇÃO 2178: MORADIA LEGAL (REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL)

Regularização Fundiária de Interesse Social: Medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares em áreas urbanas de propriedade do Estado de Goiás e à titulação de seus ocupantes.

O Programa prevê desde o levantamento topográfico, elaboração do projeto, cadastro das famílias, regularização do loteamento na prefeitura, treinamento dos técnicos municipais, registro da escritura em cartório, até a entrega gratuita das escrituras.

Dentro da ação Moradia Legal (Regularização Fundiária de Habitações de Interesse Social) foram entregues 2.255 (Duas mil duzentos e cinquenta e cinco) escrituras de Regularização Fundiária no ano de 2022, utilizando o Recurso Orçamentário Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS.

AÇÃO 2116: HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Modalidade construção:

1) Pode utilizar subsídio de ICMS Outorgado destinado, exclusivamente, à aquisição de mercadorias e materiais de construção para unidades habitacionais de interesse social, com valores máximos previstos na Lei Estadual nº 14.542, de 30 de setembro de 2003;

2) Pode seguir as regras e critérios estabelecidos na Lei nº 21.219, de 29 de dezembro de 2021, utilizando o Recurso Orçamentário Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS.

Foram entregues 1.757 (Um mil, setecentos e Cinquenta e Sete) unidades habitacionais construídas no ano de 2022.

Ademais, no ano de 2022 foram celebrados 109 contratos visando a construção de 4.317 (Quatro Mil Trezentos e Dezessete) unidades habitacionais com Recurso Orçamentário Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás

PROTEGE GOIÁS.

ACÇÃO 2248: PARA TER ONDE MORAR - AUXÍLIO-MORADIA

A nova linha de atendimento da Agência Goiana de Habitação S/A contra o déficit habitacional tem o objetivo de ajudar famílias e pessoas com vulnerabilidade socioeconômica, e com a renda comprometida com o aluguel, a arcar provisoriamente com custos de moradia. São R\$ 350 mensais por até 18 meses.

Em 2021 foram 3.035 famílias beneficiadas, considerando o início do programa em Novembro/2021.

No Exercício Social de 2022 foram 35.148 famílias beneficiadas, totalizando 38.183 de famílias beneficiadas até 31/12/2022.

Ações	ENTREGAS		Observações
	2021	2022	
Equipamentos Comunitários	2	14	Reforma/Construção/Ampliação
Moradia Legal - Regularização Fundiária de Interesse Social	1.357	2.255	Escrituras
Habitação de Interesse Social - Crédito Outorgado	1.505	1.707	Unidades Habitacionais
Habitação de Interesse Social - Protege	0	50	Unidades Habitacionais
Habitação de Interesse Social - Protege	em Construção 4.317		Unidades Habitacionais
Reforma de Habitações de Interesse Social	0	40	Unidades Habitacionais
Pra ter Onde Morar - Auxílio Moradia	3.035	35.148	Família Beneficiadas

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2022

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergências com as Normas Internacionais de Contabilidade.

A administração da empresa declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes nas Demonstrações Financeiras, estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela sua gestão.

4.1 Moeda Funcional

A moeda funcional praticada pela AGEHAB é o Real (R\$). Todos os valores de apresentação das Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais.

4.2 Principais Práticas Contábeis

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

- a) Critérios de reconhecimento dos resultados – A entidade adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento;
- b) Provisões para Férias e 13º Salário - É constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais. Suportado por relatórios;
- c) Demais ativos e passivos – Circunscritos em período previsto de até 12 meses do exercício subsequente estão classificados como Curto Prazo Circulante, e os acima de 12 meses no Ativo e Passivo Não Circulante;
- d) Ativo Imobilizado – Os itens pertencentes ao Ativo Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. Os encargos de depreciação são reconhecidos pelo método linear e depreciados baseados nas depreciações fiscais e societárias;
- e) Demais Passivos Circulantes – os demais passivos circulantes, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias;
- f) Passivos Não Circulantes - Os passivos não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até 31 de dezembro de 2022;
- g) Receitas e Despesas - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de Competência. As apropriações das receitas e despesas foram registradas na data em que ocorreram o fato gerador;
- h) Uso de estimativas – A preparação das Demonstrações Financeiras, incluem estimativas e premissas, com a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas de útil dos bens, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas ou premissas;
- i) Caixa e equivalentes de caixa – Para fins das Demonstrações Financeiras correspondem aos saldos de disponibilidade (Caixa sede e contas bancárias) e aplicações financeiras de liquidez imediata;
- j) Contas a receber operacional – São reconhecidos pelo valor nominal contratual referente venda de loteamentos em períodos anteriores. Na geração de caixa pelo recebimento em atraso, os juros e correções são classificados como receita financeira. Estima-se que os saldos das contas a receber estejam próximos de seus valores justos de mercado;
- k) Provisão para Devedores Duvidosos - Foram constituídas provisões para devedores duvidosos sobre os créditos vencidos acima de 180 dias, em atenção as normas contábeis a estes tipos e operações;
- l) Despesas Antecipadas - Em 2022, objetivando uma proteção mais abrangente de seus bens, a empresa fez a contratação de seguros do edifício sede da AGEHAB;
- m) Demonstrações do fluxo de caixa - DFC – A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução/CFC Nº 1.296/10,

que aprovou a NBC T 03 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO;

n) Provisões para demandas judiciais – A AGEHAB é parte em vários processos legais, os quais incluem, entre outros, demandas relacionadas a processos trabalhistas, cíveis, fiscais. É constituído provisões referentes a processos judiciais classificados como ATIVO PROVÁVEL / PASSIVO PROVÁVEL;

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

5. Disponibilidades e Títulos Valores Mobiliários

Os valores de Caixa e Equivalentes de caixa consistem em numerários em poder dos bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata e que apresentam riscos insignificantes de mudança de valor.

Os valores das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas Demonstrações Financeiras por estarem atreladas à variação de aplicações de fundo de rendimentos específicos com rentabilidade pós-fixada verificada mensalmente através dos extratos confirmatórios de rendimentos apresentados pelas instituições financeiras.

As contas correntes e aplicações financeiras estão compostas da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2022		2021	
Saldos Financeiros	R\$	430.008.483,87	R\$	161.600.453,55
Bancos Conta Movimento	R\$	173.928,41	R\$	154.291.948,23
Conta Única do Estado de Goiás (a) (b)	R\$	421.876.353,02	R\$	-
Títulos e Valores Mobiliários	R\$	7.958.202,44	R\$	7.308.505,32

a) Seguindo os procedimentos de ingressos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado de Goiás, conforme determinada a LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015, os saldos financeiros de recursos próprios, ordinários e de alienações de imóveis foram transferidos para o Tesouro Estadual de Goiás em Março de 202, como instrumento de gerenciamento dos recursos financeiros do Estado, sob a coordenação da Secretaria da Fazenda, o Sistema da Conta Única do Tesouro Estadual, em cumprimento ao princípio de unidade de tesouraria, previsto no art. 56 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

b) Recurso disponível no dia 30/12/2022 no total de R\$ 412.598.750,99 (Quatrocentos e Doze Milhões, Quinhentos e Noventa e Oito mil, Setecentos e Cinquenta reais e Noventa e Nove Centavos) da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS para às ações governamentais HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, MORADIA LEGAL, GOIÁS ESCRITURAS, PARA TER ONDE MORAR referente aos contratos empenhados cumprindo o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '7' and 'KCF'.

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

6. Clientes – Contas a Receber Operacional

DESCRIÇÃO	2022	2021
Contas a Receber Operacionais	R\$ 360.453,15	R\$ 109.590,21
Prestações a receber Conjuntos e Loteamentos	R\$ 592.049,50	R\$ 604.857,78
Secretaria da Economia do Estado de Goiás	R\$ 280.507,91	R\$ -
Tesouro Estado de Goiás	R\$ 4.793,76	R\$ -
(-) Perdas com créditos de Liquidação Duvidosa	-R\$ 516.898,02	-R\$ 495.267,57

a) Refere-se às Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu, Acalanto, Vila Sol Dourado e Vera Cruz, conforme Ata AGE nº 75ª de 29/01/2010.

a.1 As amortizações das parcelas são calculadas pelo Sistema Tabela Price.

a.2 Os juros incidentes sobre as parcelas do preço, serão calculadas sobre o saldo devedor na razão de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

a.3 A atualização monetária sobre o saldo devedor, será sempre calculada mensalmente, tomando por base o índice de reajuste da Taxa Referencial (TR), ou outro que venha substituí-lo, por decisão governamental.

a.4 O valor da dívida vencida, atualizada monetariamente até o próximo aniversário do contrato, acrescida de ônus adicional à taxa que vigorar na data do pagamento, de acordo com regulamentação do BACEN, sendo juros contratuais de 5% a 6%.

b) Refere-se Prestação de Serviço de Gestão da Carteira Habitacional do Estado de Goiás, Nota Fiscal 6100 emitida em 28/12/2022 para Secretaria de Estado da Economia recebida dia 30/01/2023.

c) Refere-se aos valores emitidos através de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (Dare) referente Taxas expediente e Prestações dos Contratos recebidos em Janeiro de 2023;

d) A provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa, referente aos títulos vencidos a mais de 180 dias. A administração da Agência Goiana de Habitação S/A optou pela não execução judiciais dos mutuários, ocorrendo renegociações individuais, sendo assim a forma de provisão de liquidação duvidosa considerada são os títulos vencidos a mais de 180 dias utilizando o método fiscal.

Saldo em 31/12/2021	495.267,57
(+) Provisões realizadas	50.771,17
(-) Reversão de Provisões	29.140,72
Saldo em 31/12/2022	516.898,02

7. Adiantamento Concedidos a Obras Administradas

Os adiantamentos concedidos a obras administradas pela AGEHAB, são oriundos de repasse efetuados através de recursos próprios (AGEHAB) para as contas correntes das obras vinculadas a convênio CEF/FGTS e obras diretas para subsidiar serviços, materiais, salários, impostos e outros custos aplicados na construção das unidades habitacionais.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Adiantamentos Concedidos a Obras	R\$ 10.002.080,36	R\$ 10.002.080,36
Empréstimo - João Paulo II - 1ª e 2ª Etapa	R\$ 7.418.857,36	R\$ 7.418.857,36
Empréstimo - Água Fria - II Etapa	R\$ 1.428.591,90	R\$ 1.418.857,36
Empréstimo - Real Conquista	R\$ 225.416,51	R\$ 225.416,51
Empréstimo - Damianópolis - Setor Aeroporto	R\$ 929.214,59	R\$ 929.214,59

1. Os valores contabilizados em Adiantamento de Obras são oriundos da utilização do recurso próprio da AGEHAB em períodos anteriores (Integralização de Capital) para pagamento das medições para não ocorrer atrasos, até a liberação do RECURSO/FGTS.

2. Considerando que nos termos de Cooperação e Parceira CAIXA menciona que *na Clausula terceira – DOS RECURSOS – Os recursos a serem utilizados para consecução do objeto deste Termo são provenientes de linhas de financiamento com recursos do FGTS- Fundo de Garantia por Termo de Serviço e recursos próprios da Entidade Organizadora, a título de contrapartida, representados pelo aporte de recursos financeiros, bens e/ou serviços para produção de unidades habitacionais.*

A AGEHAB tem previsão legal para utilização do RECURSO PRÓPRIO para custear o término das obras, após do término definitivo das obras principalmente nos encerramentos das contas correntes, ocorrerá as devidas compensações das sobras dos saldos financeiros com os valores contabilizados em adiantamentos.

8. Antecipações a empregados

Referem-se aos pagamentos ocorridos em Dezembro de 2022 de férias aos servidores da Agehab, cujos os respectivos descontos ocorrerão nos períodos subsequentes.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Antecipações a Empregados	R\$ 215.068,66	R\$ 207.479,13
Férias	R\$ 215.068,66	R\$ 207.479,13

9. Tributos a Recuperar

Refere-se ao Saldo Negativo do Imposto de Renda oriundo de IRRF sobre Contas de Investimento e IRRF Retido da nota fiscal emitida para Secretaria de Estado da Economia.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Tributos Municipais e Federais	R\$ 647.530,20	R\$ 118.650,75
IRRF sobre Contas de Investimento (a)	R\$ 557.833,82	R\$ 27.747,52
IRRF Sobre Serviços Prestado (a)	R\$ 54.001,56	R\$ 54.001,56
Parcelamento INSS Pago indevidamente (b)	R\$ 11.886,89	R\$ 11.886,89
IRRF Sobre Adiantamento de Férias (c)	R\$ 23.807,93	R\$ 25.014,78

- a) Os valores referentes IRRF sobre Contas Investimentos e IRRF sobre Serviço Prestado do Exercício Social de 2021 foram restituídos à Agência Goiana de Habitação S/A devidamente corrigido no dia 20/12/2022;
- b) O valor de R\$ 11.886,89, o crédito foi deferido através do Processo Administrativo 10120.731344/2019-70 e Perd/Comp nº 32151.59986.230123.1.2.16-0006 em análise;
- c) Refere-se ao Imposto de Renda sobre férias recolhidos na competência do pagamento e serão descontados dos servidores nos respectivos períodos de gozo.

10. Despesas Antecipadas

Refere-se a despesas pagas antecipadamente, que serão apropriadas pelo regime de competência.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Despesas Antecipadas	R\$ 1.511,54	R\$ -
Seguros a apropriar	R\$ 1.511,54	R\$ -

Vigência 10/05/2022 a 10/05/2023

Seguradora: Sompo Seguros S/A

Seguro predial da Agência Goiana de Habitação S/A

11. Estoque de bens (CONSUMO INTERNO)

Refere-se ao estoque de materiais de escritório e de limpeza destinados ao consumo interno. São avaliados ao custo médio de aquisição, sendo controlados através de inventários periódicos.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Estoque de Consumo	RS 68.559,01	RS 55.149,44
Almoxarifado	R\$ 68.559,01	R\$ 55.149,44

Composição	Total
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	12.676,21
MATERIAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.960,04
MATERIAL PARA COZINHA, REFEITÓRIOS E AFINS	1.845,60
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	24.789,06
MATERIAL DE EXPEDIENTE	25.288,10
	68.559,01

Não é realizado provisão para perdas, representam itens de pequenos valores, com alta rotatividade e não há obsolescência.

ATIVO NÃO-CIRCULANTE

12. Realizável a Longo Prazo

12.1 Devedores por Vendas Compromissadas - Refere-se a Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu, Acalanto, Vila Sol Dourado e Vera Cruz, conforme Ata AGE nº 75ª de 29/01/2010.

Valores a receber dos mutuários classificados no Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Conjuntos Habitacionais	RS 192.701,83	RS 239.906,31
Conjunto Habitacional Parque Atheneu	R\$ 192.701,83	R\$ 239.906,31

Conforme nota explicativa nº 06

12.2 Devedores por Créditos Repassados

Crédito com a Prefeitura de Anápolis atualizados pelo índice UPC (Unidade Padrão de Capital), refere-se aos valores repassados para construção de infraestrutura de conjunto habitacional Vila Formosa no município de Anápolis, contrato renegociado em 19/01/1973.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Infraestrutura de Conjuntos	R\$ -	R\$ -
Prefeitura Municipal de Anápolis (a)	R\$ 6.359.637,02	R\$ 6.133.251,35
(-) Provisão para perdas de Crédito de Liquidação Duvidosa (b)	-R\$ 6.359.637,02	-R\$ 6.133.251,35

- a) Anualmente o valor da dívida é atualizado monetariamente conforme Unidade Padrão Capital (UPC);
- b) Em observância aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC) n°s 38 e 48, foi constituído provisão para perdas de crédito de liquidação duvidosa;
- c) Execução de Título Executivo Extrajudicial (protocolo n° 5770797-59.2022.8.09.0006) em face do Município de Anápolis, distribuído à Vara de Fazenda Pública Municipal.

12.3 Unidades Residenciais de Programas de Governo, no município de Senador Canedo e Aparecida de Goiânia:

DESCRIÇÃO	2022	2021	Quantidade
Unidades Residenciais	R\$ 1.129.756,77	R\$ 1.560.570,78	
Conjunto Sabia em Senador Canedo	R\$ 953.012,33	R\$ 1.383.826,34	73 UH
Conjunto Planície em Aparecida de Goiânia	R\$ 176.744,44	R\$ 176.744,44	16 UH

No Exercício Social de 2018, foram realizadas doações dos imóveis localizados no município de Senador Canedo – Conjunto Sabiá, baixas realizadas da transferência dos imóveis aos donatários e no Exercício Social de 2022 foram registradas escrituras em nome dos donatários, com isso ocorreu as devidas baixas no patrimônio da Agehab.

12.4 Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização

DESCRIÇÃO	2022	2021	Quantidade
Terrenos Destinados à Edificações ou Urbanização	R\$ 2.317.691,73	R\$ 2.181.402,13	
Santos Dumont	R\$ 54.655,68	R\$ 54.655,68	5
Conjunto Vera Cruz	R\$ 2.263.036,05	R\$ 2.126.746,45	633

12.4.1 Conjunto Santos Dumont que corresponde 05 (cinco) Lotes.

LOCALIDADE	QUADRA	LOTE	RUA	VLR.M2	M2	Valor Contábil
CONJUNTO SANTOS DUMONT	114	5	Rua 04	550,00	18,72	R\$ 10.296,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	15	Rua 10	450,00	18,72	R\$ 8.424,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	16	Rua 10	450,00	18,72	R\$ 8.424,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	17	Rua 10	573,10	18,72	R\$ 20.364,38
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	18	Rua 19	380,32	18,72	R\$ 7.147,30
						R\$ 54.655,68

12.4.2 Conjunto Vera Cruz

Terrenos destinados à Edificações no valor contábil de R\$ 2.317.691,73 (Dois Milhões, Trezentos e Dezesseze Mil, Seiscentos e Noventa e Um Reais e Setenta e Três Centavos) referente aos lotes localizados no Conjunto Vera Cruz no município de Goiânia.

Em cumprimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1428/2013 regulamentada pela NBC TG 46 – Mensuração do Valor Justo, foram realizadas avaliações ao valor justo, mas não foram reconhecidos pelo motivo que estes lotes serão construídos moradias de interesse social destinadas às famílias de baixa renda.

No Exercício Social de 2022 foram destinados os blocos nº 132 a 145 para construções de Unidades Habitacionais Empreendimento Ipê Roxo.

Município	Matrícula	CRI	Logradouro	Quadra
GOIÂNIA	193726	1º	RUA VC-21B	BLOCO 132
GOIÂNIA	193727	1º	RUA VC-21B	BLOCO 133
GOIÂNIA	193728	1º	RUA VC-21B	BLOCO 134
GOIÂNIA	193729	1º	RUA VC-21B	BLOCO 135
GOIÂNIA	193730	1º	RUA VC-21B	BLOCO 136
GOIÂNIA	193731	1º	RUA VC-21B	BLOCO 137
GOIÂNIA	193732	1º	RUA VC-21B	BLOCO 138
GOIÂNIA	193733	1º	RUA VC-21C	BLOCO 139
GOIÂNIA	193734	1º	RUA VC-21C	BLOCO 140
GOIÂNIA	193735	1º	RUA VC-21C	BLOCO 141
GOIÂNIA	193736	1º	RUA VC-21C	BLOCO 142
GOIÂNIA	193737	1º	RUA VC-21C	BLOCO 143
GOIÂNIA	193781	1º	RUA VC-21C	BLOCO 144
GOIÂNIA	193740	1º	RUA VC-21C	BLOCO 145

Previsão para construção de 3.000 unidades habitacionais destinadas a família de baixa renda, que será executado com a parceria Governo do Estado de Goiás, Caixa Econômica Federal (Governo Federal) e a AGEHAB, inicialmente em fase de construção.

RESIDENCIAL VIDA MAIS VERA CRUZ - CONDOMÍNIO IPÊ ROXO

Previsão de 256 Unidades Habitacionais

Previsão de entrega: Novembro/2023

RESIDENCIAL VIDA MAIS VERA CRUZ - CONDOMÍNIO IPÊ AMARELO

Previsão de 240 Unidades Habitacionais

Previsão de entrega: Janeiro/2025

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '7' at the top, a signature, and several initials like 'P', 'KOR', 'MA', 'A', 'L'.

12.5 Devedores Diversos - Ativo Contingente - Refere-se a direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Conforme nova estimativa realizada pela Assessoria Jurídica da Agehab, o Processo Judicial Civil 200402535191-253519.04.2004 Ação Ordinária de Rescisão Contratual Cumulada com Devolução de Valores contra a empresa Bombardi Designar Ltda, que devido a inaplicabilidade do projeto, que anteriormente foi classificado como Ativo Provável, em 2022 foi reclassificado como **ATIVO REMOTO**.

12.6 Tributos a recuperar – Longo Prazo

Refere-se ao Saldo Negativo do Imposto de Renda oriundo de IRRF sobre Contas de Investimento e IRRF Retido da nota fiscal emitida para Secretaria de Estado da Economia, valores atualizados conforme juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

DESCRIÇÃO	2022	2021
Tributos a Recuperar	R\$ 647.112,53	R\$ 1.228.518,53
Saldo Negativo de Imposto de Renda	R\$ 647.112,53	R\$ 1.228.518,53

No Exercício Social de 2022 ocorreram restituição devidamente creditada em conta corrente da Agehab

Ano	Valor Original	Correção	Valor Restituído	Crédito em
2015	R\$ 149.774,36	R\$ 67.772,90	R\$ 217.547,26	20/04/2022
2017	R\$ 125.421,24	R\$ 38.516,86	R\$ 163.938,10	20/12/2022
2018	R\$ 70.698,47	R\$ 17.299,74	R\$ 87.998,21	20/12/2022
2019	R\$ 91.115,98	R\$ 17.020,46	R\$ 108.136,44	20/12/2022
2020	R\$ 83.502,93	R\$ 13.327,06	R\$ 96.829,99	20/12/2022
2021	R\$ 81.749,08	R\$ 9.491,07	R\$ 91.240,15	20/12/2022
	R\$ 602.262,06	R\$ 163.428,08	R\$ 765.690,13	

12.7 Obras em Andamento

12.7.1 Os valores contabilizados no grupo OBRAS EM ANDAMENTO totalizando R\$ 109.519.303,68 refere-se aos pagamentos dos serviços prestados às construtoras nas etapas de serviços técnicos de levantamento planialtimétrico, sondagem e percolação e de construções das Unidades Habitacionais, nos municípios goianos, com a utilização das fontes orçamentárias: Recurso Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programas de governo MORADIA COMO BASE DE CIDADANIA para Construção Unidades Habitacionais e Recurso Convênios Federais referente aos termos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar Construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários.

Handwritten signatures and initials:
A
OK
P
M
A
R
R

12.7.2 As Obras em Andamento são separadas por recursos aplicados:

DESCRIÇÃO	R\$	109.519.303,68
Recurso Orçamentário Protege	R\$	105.974.062,99
Convênios Federais	R\$	3.545.240,69

12.7.3 O valor de R\$ 6.319.193,41 referente à conta Obras e Instalações em Andamento foi reclassificado no Exercício social de 2022, para o grupo Ativo Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, pelo entendimento que os bens construídos não integrarão o patrimônio da Agehab, **Nota Explicativa 13.1**

12.7.4 No Exercício Social de 2022 foram realizadas as baixas referente a entrega de 50 Unidades Habitacionais no municio de Paraúna pagos através da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS no total de R\$ 3.019.175,98.

13. Imobilizado e Intangível

A administração aplicou o teste de **IMPAIRMENT** no Exercício Social de 2015 elaborado pelo contador Alandir Pimenta de Lima e no Exercício Social de 2022 elaborado pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli, cujas conclusões são que os ativos não apresentaram perda por Recuperabilidade sendo que os valores apurados com base nos preços praticados no mercado ativo estão acima dos valores contabilizados.

13.1 Imobilizado

13.1.1 O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e os bens são destinados ao funcionamento normal da entidade, os bens sujeitos a depreciação foram depreciados pelo método linear a taxas que levam em conta seu tempo de vida útil econômica, conforme emissão de laudo e informações dos responsáveis pelos bens, realizado revisão da vida útil dos bens na data de 01/11/2022.

13.1.2 Os bens são devidamente identificados por plaquetas, alocados por unidades administrativas e centos de custos.

DESCRIÇÃO	Custo	Depreciações	Líquido 31/12/2022	Líquido 31/12/2021
Móveis e Utensílios b)	R\$ 828.597,44	R\$ -447.234,39	R\$ 381.363,05	R\$ 64.137,86
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	R\$ 13.446,74	R\$ -13.446,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Computadores e Periféricos b)	R\$ 3.342.127,40	R\$ -1.456.082,57	R\$ 1.886.044,83	R\$ 402.105,13
Instalações de Escritório b)	R\$ 202.760,19	R\$ -99.542,90	R\$ 103.217,29	R\$ 45.911,18
Aparelhos e Equip. de Medição e Orientação b)	R\$ 192.600,00	R\$ -18.832,02	R\$ 173.767,98	R\$ 0,00
Terrenos	R\$ 30.134,70	R\$ 0,00	R\$ 30.134,70	R\$ 30.134,70
Edificações	R\$ 123.309,16	R\$ -77.740,74	R\$ 45.568,42	R\$ 48.506,84
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	R\$ 146.858,96	R\$ -111.942,30	R\$ 34.916,66	R\$ 49.303,68
Obras e Instalações em Andamento (a)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.319.193,41
TOTAL	R\$ 4.879.834,59	R\$ -2.224.821,66	R\$ 2.655.012,93	R\$ 6.959.292,80

- O valor de R\$ 6.319.193,41 referente à conta Obras e Instalações em Andamento foi reclassificado no Exercício social de 2022, para o grupo Ativo Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, pelo entendimento que os bens construídos não integrarão o patrimônio da Agehab, **Nota Explicativa 12.7.**
- Houveram aquisições de equipamentos de informática, móveis, instalações de escritório e aparelhos de orientação no total de R\$ 2.534.078,40 no Exercício Social 2022;
- Após tombamento patrimonial executado em Dezembro de 2022, houveram baixas de bens sucateados e sem condições de uso.
- Realizado revisão da vida útil nos bens móveis pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli e realizado às adequações no sistema de patrimônio

13.2. Intangível

No intangível está classificado os sistemas operacionais (SOFTWARE), são licenças por tempo indeterminado de uso “perpétua”, adquiridos em 2016 e em implantação durante o ano de 2017, os sistemas corporativos ERP de integração contábil, financeira, departamento pessoal, almoxarifado e sistema de Gestão Eletrônica de Documentos. Amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

DESCRIÇÃO	Custo	Amortização	Líquido 31/12/2022	Líquido 31/12/2021
Software	R\$ 1.167.544,36	-R\$ 516.934,16	R\$ 650.610,20	R\$ 700.483,06
TOTAL	R\$ 1.167.544,36	-R\$ 516.934,16	R\$ 650.610,20	R\$ 700.483,06

- No Exercício Social de 2022 foi adquirido sistema LALUR para auxiliar no envio do SPED Fiscal à Receita Federal do Brasil;
- Realizado revisão da vida útil dos softwares pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli e realizado às adequações no sistema de patrimônio.

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

14. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Tributárias

Refere-se aos valores provisionados decorrentes da folha de pagamento, valores descontados dos servidores (Empréstimo Consignado), contribuições previdenciárias, Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), retenções de impostos federais e municipais, ISS, PIS, COFINS que serão recolhidos e repassados no período subsequente, apropriados pelo regime de competência.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Obrigações Trabalhistas e Consignações	R\$ 34.470,11	R\$ 1.701,69
Rescisões Trabalhistas	R\$ 6.893,68	R\$ -
13º Salário a pagar	R\$ 311,62	R\$ 1.701,69
Empréstimo Consignado	R\$ 27.264,81	R\$ -

DESCRIÇÃO	2022	2021
Obrigações Sociais	R\$ 763.812,05	R\$ 9.786,77
Contribuição Previdenciária - INSS a Recolher	R\$ 201,46	R\$ 1.029,65
INSS a Recolher - Serviços Terceirizados	R\$ 763.572,88	R\$ 8.531,02
FGTS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a Recolher	R\$ 37,71	R\$ 226,10

DESCRIÇÃO	2022	2021
Obrigações Tributárias	R\$ 35.404,62	R\$ 61.310,06
IRRF a Recolher - Empregados	R\$ 90,46	R\$ 649,86
IRRF a Recolher - Terceiros	R\$ -	R\$ 2.594,68
ISS Próprio	R\$ 80,00	R\$ 83,00
ISS - Terceiros	R\$ 451,53	R\$ 14.159,47
PIS/COFINS/CSLL Terceiros	R\$ -	R\$ 11.862,98
PIS - Não Cumulativo a Recolher	R\$ 5.581,31	R\$ 5.069,36
COFINS Não Cumulativo a Recolher	R\$ 29.201,32	R\$ 25.367,81
Retenções Cooperativas	R\$ -	R\$ 1.522,90

15. Contas a Pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos das contas a pagar aos fornecedores estão aos seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas e considerando que não há ocorrência de atrasos na quitação e por consequência não há ocorrência de pagamento de juros/multas.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Contas a pagar	R\$ 509.784,34	R\$ 1.778.093,21
Fornecedores de Bens e Serviços (a)	R\$ 92.650,32	R\$ 579.702,57
Fornecedores de Bens e Serviços a faturar (b)	R\$ 417.134,02	R\$ 1.198.390,64

- a) Refere-se aos fornecedores de Bens e Serviços prestados e materiais entregues com o devido documento fiscal.
- b) Refere-se a provisão oriundo de contratos cujos serviços foram prestados e as notas fiscais serão emitidas no Exercício Social de 2023.

16. Tributos Parcelados Passivo Circulante Curto Prazo

DESCRIÇÃO	2022	2021
Tributos Parcelados	R\$ 440.113,80	R\$ 399.906,48
Lei nº 11.941/2009 (a)	R\$ 13.182,60	R\$ 12.484,80
Parcelamento Simplificado PIS (b)	R\$ 7.684,32	R\$ 6.973,20
Parcelamento Simplificado COFINS (c)	R\$ 36.423,36	R\$ 33.052,56
Parcelamento INSS Patronal 2018 (c)	R\$ 382.823,52	R\$ 347.395,92

- a) Parcelamento Lei nº 11.941/2009 em 158 prestações mensais, atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 138 prestações até 31/12/2022.
- b) Parcelamento Ordinário da Contribuição Previdenciária sobre a folha de pagamento em 60 prestações mensais atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 46 prestações até 31/12/2022.
- c) Parcelamento Simplificado da COFINS e PIS em 60 prestações mensais atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 46 prestações até 31/12/2022.

17. Provisões Trabalhistas

Provisões Trabalhistas - Proveniente de registros das seguintes contingências: Provisão Férias, 1/3 Férias e os Impostos (INSS e FGTS) no valor de R\$ 3.943.731,03 sendo registradas pelo regime de competência as obrigações com férias, sendo baixados no momento do gozo das férias.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Provisões Trabalhistas	R\$ 3.943.731,03	R\$ 2.834.817,52
Provisão de Férias	R\$ 3.943.731,03	R\$ 2.834.817,52

18.Subvenções Econômicas de Investimento a Realizar

DESCRIÇÃO	2022	2021
Subvenções Econômicas de Investimento a Realizar	R\$ 412.598.750,99	R\$ 154.207.633,31
Construção de Unidades Habitacionais	R\$ -	R\$ 149.586.499,55
Regularização Fundiária	R\$ -	R\$ 2.427.694,63
Reforma de Unidades Habitacionais	R\$ -	R\$ 2.193.439,13
Restos a Pagar - Fonte Orçamentária Protege	R\$ 412.598.750,99	R\$ -

a) Recurso disponível no dia 30/12/2022 no total de R\$ 412.598.750,99 (Quatrocentos e Doze Milhões, Quinhentos e Noventa e Oito mil, Setecentos e Cinquenta reais e Noventa e Nove Centavos) da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS para às ações governamentais HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, MORADIA LEGAL, GOIÁS ESCRITURAS, PARA TER ONDE MORAR referente aos contratos empenhados cumprindo o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000. *Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.*

b) Será reconhecida como RECEITA conforme os pagamentos das medições conforme regime de Competência e cumprindo o **ITEM 12 Do Comitê de Pronunciamento Contábil nº 07 Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições deste Pronunciamento. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.**

19.Cauções a restituir

DESCRIÇÃO	2022	2021
Caução a restituir	R\$ 1.394,56	R\$ 1.533,53

(a) Refere-se aos depósitos cauções conforme cláusulas contratuais.

20. Créditos para Recursos Vinculados

Os Créditos são Recursos Vinculados à Fonte Orçamentária Convênios Federais referente aos contratos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar construção de Unidades Habitacionais, Equipamentos Comunitários e pagamentos de serviços sociais.

São saldos financeiros vinculados aos Convênios ativos às Contas Correntes, Aplicações Financeiras e Poupança referente aos termos de Cooperação e Parceira CAIXA para construção dos empreendimentos João Paulo II, Água Fria e Damianópolis e Trabalho Social e Gestão Condominial do Nelson Mandela, que serão baixados conforme a utilização dos mesmos.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Créditos para Recursos Vinculados	R\$ 4.622.446,44	R\$ 3.726.953,29
Programas Construção Unidades Habitacionais	R\$ 4.228.013,25	R\$ 3.312.663,70
Convênio Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal/FAR	R\$ 394.433,19	R\$ 414.289,59

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

21. PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

21.1 Tributos Parcelados Passivo Não-Circulante Longo Prazo

DESCRIÇÃO	2022	2021
Tributos Parcelados	R\$ 79.943,59	R\$ 472.799,96
Lei nº 11.941/2009	R\$ 8.788,40	R\$ 20.808,00
Parcelamento Simplificado PIS	R\$ 1.280,71	R\$ 8.135,40
Parcelamento Simplificado COFINS	R\$ 6.070,56	R\$ 38.561,32
Parcelamento INSS Patronal 2018	R\$ 63.803,92	R\$ 405.295,24

Conforme Nota Explicativa nº16

21.2 PASSIVOS CONTINGENTES

21.2.1 PASSIVO PROVÁVEL

A AGEHAB é parte integrante de diversos processos com causas cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis de perdas pela Assessoria Jurídica, devidamente provisionadas de acordo com o CPC 25.

DESCRIÇÃO	2022	Pagamentos	2021
Provisões para Contingências	R\$ 4.482.993,63	R\$ 474.063,19	R\$ 1.953.901,46
Provisões para Contingências Processos Cíveis e Fiscais	R\$ 1.777.000,00	R\$ 388.468,27	R\$ 823.632,85
Provisões para Contingências Processos Trabalhistas	R\$ 2.705.993,63	R\$ 85.594,92	R\$ 1.130.268,61

TRABALHISTAS			
Data inicial	n° processo	SITUAÇÃO	Valor estimado
2019	0011465.65.2019.5.18.0017	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Execução	R\$ 205.000,00
2018	0011482.65.2018.5.18.0008	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DEFERIDO ADOÇÃO DO REGIME DE PRECATÓRIO	R\$ 310.121,09
2018	0010844.23.2018.5.18.0011	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DEFERIDO ADOÇÃO DO REGIME DE PRECATÓRIO	R\$ 458.878,69
2018	0010845.32.2018.5.18.0003	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DEFERIDO ADOÇÃO DO REGIME DE PRECATÓRIO	R\$ 196.310,45
2018	0011455.79.2018.5.18.0009	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DEFERIDO ADOÇÃO DO REGIME DE PRECATÓRIO	R\$ 256.264,97
2018	0011120.81.2018.5.18.0002	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DEFERIDO ADOÇÃO DO REGIME DE PRECATÓRIO	R\$ 141.382,23
2018	0011519.80.2018.5.18.0012	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DEFERIDO ADOÇÃO DO REGIME DE PRECATÓRIO	R\$ 167.505,60
2018	0011505.08.2018.5.18.0009	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DEFERIDO ADOÇÃO DO REGIME DE PRECATÓRIO	R\$ 107.764,24
2019	0011919.81.2019.5.18.0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DEFERIDO ADOÇÃO DO REGIME DE PRECATÓRIO	R\$ 167.505,60
2020	0010059.96.2020.5.18.0009	2º grau - Aguardando julgamento de RO	R\$ 171.754,40
2020	0010063.48.2020.5.18.0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DEFERIDO ADOÇÃO DO REGIME DE PRECATÓRIO	R\$ 186.467,23
2020	0010060.96.2020.5.18.0004	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DEFERIDO ADOÇÃO DO REGIME DE PRECATÓRIO -	R\$ 92.229,66
2020	0010490.18.2020.5.0014	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DEFERIDO ADOÇÃO DO REGIME DE PRECATÓRIO	R\$ 135.954,48
2020	0010525.81.2020.5.18.0012	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DEFERIDO ADOÇÃO DO REGIME DE PRECATÓRIO	R\$ 30.819,27
2019	0011936.29.2019.5.18.0002	1º Grau - Aguardando audiência de instrução e julgamento marcada para 08/02/2022	R\$ 78.035,72
VALOR ESTIMADO			R\$ 2.705.993,63
CÍVEIS E FISCAIS			
Data inicial	n° processo	SITUAÇÃO	Valor estimado
2011	0208705.38.2011.8.09.0051	Cumprimento se Sentença - Aguardando julgamento da impugnação	R\$ 7.000,00

ll
7
wh

[Handwritten signatures and initials]

2016	257813.81.2016-201602578138	2º Grau - Cumprimento de sentença	R\$ 2.000,00
2018	5307630.37.2018	Execução - Cumprimento de Sentença. Impugnamos pela tese Precatório	R\$ 17.000,00
2017	5444598.20.2017	2º Grau - Acórdão reformou a sentença Aguardando execução	R\$ 7.000,00
2014	458960.53.2014.8.09.0134	Execução - Cumprimento de Sentença	R\$ 2.000,00
2014	434436.89.2014.8.09.0134	2º grau - Sentença desfavorável - ingressaremos com APELAÇÃO	R\$ 50.000,00
2014	458702.43.2014.8.09.0134	Execução - Cumprimento de Sentença	R\$ 50.000,00
2014	458911.12.2014.8.09.0134	Execução - Cumprimento de Sentença	R\$ 50.000,00
2014	458602.88.2014.8.09.0134	1º Grau - Aguardando Sentença	R\$ 50.000,00
2014	436579.51.2014.8.09.0134	1º Grau - Aguardando Sentença	R\$ 100.000,00
2014	439468.75.2014.8.09.0134	1º Grau - Aguardando Sentença	R\$ 100.000,00
2014	458566.46.2014.8.09.0134	1º Grau - Aguardando Sentença	R\$ 50.000,00
Aproximadamente 30 Processos de Ações de Execução Fiscal		FISCAL	R\$ 80.000,00
15 Processos de Ações de Execução Fiscal		FISCAL	R\$ 50.000,00
2018	5296768.07.2018	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Aguardando julgamento de nossa impugnação - adoção regime PRECATÓRIO	R\$ 6.000,00
2015	0207964.56.2015.8.09.0051	1º Grau - Sentença favorável. Aguardando cumprimento de sentença para pagamento dos honorários	R\$ 3.000,00

2018	94137.67.2018.8.09.0051	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Aguardando intimação para pagamento	R\$ 10.000,00
2016	5160449.03.2016.8.09.0051	2º grau - Sentença desfavorável - ingressaremos com APELAÇÃO	R\$ 40.000,00
2014	0328168-66.2014.8.09.0051	2º Grau - Sentença reformada no Tribunal condenando a AGEHAB. AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	R\$ 20.000,00
2016	12856.24.2016.8.09.0126	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	R\$ 2.000,00
2014	443351.54.2014.8.09.0126	2º Grau - Haverá novo julgamento de Embargos de Declaração	R\$ 20.000,00
2015	261652.96.2015.8.09.0126	2º grau - Reformou sentença para fixar honorários adv. De 10% sobre proveito econômico obtido/valor atualizado da causa. AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	R\$ 20.000,00
2018	5154292.12.2018.8.09.0126	2º GRAU - Aguardando julgamento da APELAÇÃO. Negou-se provimento a Gratuidade de Justiça da AGEHAB. Entretanto, houve adequação do valor da causa para R\$ 26.598,75,	R\$ 10.000,00
2018	5239497.09.2018.8.09.0126	2º Grau - Aguardando Julgamento dos recursos	R\$ 20.000,00
2018	5443915.06.2018.8.09.0126	2º grau - AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	R\$ 20.000,00
2020	5439788-25.2018.8.09.0126	1º Grau - Aguardando julgamento	R\$ 20.000,00
2020	5096009-25.2020.8.09.0126	1º Grau - Aguardando instrução processual. Audiência de instrução e julgamento para o dia 17/05/2023	R\$ 10.000,00
2018	5432290-48.2018.8.09.0134	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Aguardando intimação	R\$ 7.000,00
2019	5250929.31.2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Aguardando intimação	R\$ 7.000,00
2019	5519224.33.2019.8.09.0118	2º Grau - Aguardando julgamento da Apelação.	R\$ 5.000,00
2019	5638249-30.2019.8.09.0118	2º Grau - Aguardando julgamento da Apelação.	R\$ 5.000,00








2019	5518023-93.2019.8.09.0118	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Aguardando intimação	R\$ 6.000,00
2019	5458923.86.2019.8.09.0126	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	R\$ 2.000,00
2020	5604901.91.2020.8.09.0051	2º Grau - Remessa ao Tribunal reexame necessário. Aguardando parecer da PGE.	R\$ 7.000,00
2020	5342160.96.2020.8.09.0051	1º Grau - Interpostos embargos de declaração pela parte autora e pela PGE. Assim que julgados, AGEHAB ingressará com Apelação	R\$ 900.000,00
2021	1005006-32.2021.4.01.3504	2º Grau - Parte autora interpôs Recurso Inominado. Intimados para pagamento das CUSTAS FINAIS	R\$ 20.000,00
2021	5236328-40.2021.8.09.0051	2º Grau - Ingressamos com Apelação. Tribunal manteve a sentença. Já houve pagamento das custas finais.	R\$ 2.000,00
VALOR ESTIMADO			R\$ 1.777.000,00

21.2.2 PASSIVO POSSÍVEL

A AGEHAB é parte integrante de 72 (Setenta e dois) processos com causas cíveis, trabalhistas e fiscais classificadas como possíveis de perdas pela Assessoria Jurídica, conforme determina o CPC 25, totalizando o valor de R\$ 3.874.681,59 (Três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e um reais cinquenta e nove centavos)

Data inicial	nº processo	Classificação	SITUAÇÃO	Valor estimado	Indicação
2015	329684.08.2015.8.09.0142	Cível	1º GRAU - Aguardando Audiência de Instrução e Julgamento	R\$ 788,00	PASSIVO POSSÍVEL
2016	197206.5.2016.809.0044	Cível	1º Grau - Aguardando Sentença	R\$ 25.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2018	5558607.49.2018.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando Sentença. Houve redistribuição de juízo	R\$ 29.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2019	5031928-35.2019.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual	R\$ 110.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2017	5405394.57.2017.8.09.0051	Cível	2º Grau - Sentença favorável para AGEHAB. Aguardando julgamento recurso	R\$ 110.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2018	5165641.43.2018.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando perícia	R\$ 110.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2017	5323947.47.2017.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando julgamento dos embargos de declaração.	R\$ 80.000,00	PASSIVO POSSÍVEL

2018	5506179.90.2018.8.09.0051	Cível	1º Grau - Sentença favorável para AGEHAB. Aguardando transito em julgado	R\$ 110.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2017	5370347.24.2017.8.09.0115	Cível	1º Grau - Aguardando instrução	R\$ 150.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2017	5217887.52.2017.8.09.0115	Cível	1º Grau - Aguardando instrução	R\$ 100.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2013	0074990.75.2013.8.09.0067	Cível	1º Grau - Aguardando sentença	R\$ 10.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2018	5093928.08.2018	Cível	1º Grau - Aguardando Sentença	R\$ 60.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
Aproximadamente 350 (trezentos e sessenta) Processos Ativos em Relação a Execução Fiscal		Fiscal		R\$ 100.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2016	0265433.23.2016.8.09.0149	Cível	1º Grau - Aguardando Instrução processual.	R\$ 20.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2015	337346.80.2015.8.09.0123	Cível	1º Grau - Aguardando Sentença	R\$ 30.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2016	70249.35.2016.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual	R\$ 15.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2017	253250.23.2017.8.09.0072	Cível	2º - Aguardando julgamento da Apelação	R\$ 15.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2017	5506979.52.2017.8.09.0149	Cível	1º Grau - Aguardando Instrução processual	R\$ 10.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2016	406288.78.2016.8.09.0011	Cível	1º Grau - Aguardando Instrução processual	R\$ 40.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2016	0149859.52.2016.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando sentença	R\$ 10.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2009	0225643.79.2009.8.09.0051	Cível	Cumprimento de sentença	R\$ 100.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2011	0410127.64.2011.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando decisão	R\$ 5.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2008	0293930.31.2008.8.09.0051 intimação. Mun. Goiânia andamento completo proc. admin. 29/11/22	Cível	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA -	R\$ 5.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2017	0042323-68.2017.8.09.0011	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual	R\$ 50.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2019	5731861-18.2019.8.09.0087	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual. Processo redistribuído para Fazenda Pública	R\$ 61.976,00	PASSIVO POSSÍVEL
2019	5599893-97.2018.8.09.0118	Cível	2º Grau - Aguardando julgamento da Apelação.	R\$ 6.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2019	5599847-11.2018.8.09.0118	Cível	2º Grau - Aguardando julgamento da Apelação.	R\$ 12.000,00	PASSIVO POSSÍVEL

2020	5640437-68.2020.8.09.0115	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual	R\$ 150.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2020	5437610.66.2020.8.09.0051	Cível	2º Grau - Sentença condenou solidariamente em danos morais. Ingressamos com APELAÇÃO.	R\$ 10.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2020	5387543-22.2020.8.09.0173	Cível	1º Grau - Aguardando sentença	R\$ 10.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2020	5496869-89.2020.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual	R\$ 25.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2020	5055264-57.2020.8.09.0011	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual	R\$ 10.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2020	5333251.65.2020.8.09.0051	Cível	2º Grau - Aguardando julgamento de recurso do autor	R\$ 56.332,04	PASSIVO POSSÍVEL
2020	5338119.85.2020.8.09.0019	Cível	1º Grau - Aguardando citação para CONTESTAR	R\$ 20.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2020	5450827-48.2020.8.09.0126	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual	R\$ 30.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2020	5343655-78.2020.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando sentença	R\$ 10.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2020	5456601-16.2020.8.09.0011	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual	R\$ 20.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5609178-19.2021.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando sentença	R\$ 20.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5469618-59.2021.8.09.0149	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual	R\$ 20.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5145571-97.2021.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando Sentença	R\$ 150.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5059876-66.2021.8.09.0152	Cível	2º Grau - Sentença favorável para AGEHAB. Autor ingressou com recurso	R\$ 10.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5306122-74.2021.8.09.0011	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual	R\$ 20.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5281765-07.2021.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual	R\$ 30.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5431102-06.2021.8.09.0137	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual.	R\$ 40.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5543563-08.2021.8.09.0011	Cível	1º Grau - Aguardando sentença	R\$ 30.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2020	5668112-70.2020.8.09.0029	Cível	1º Grau - Aguardando sentença	R\$ 5.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5422478-32.2021.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando Sentença	R\$ 40.000,00	PASSIVO POSSÍVEL

Handwritten notes and signatures:
 11
 27
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

2022	5188764-46.2022.8.09.0143	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual	R\$ 20.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5578377-23.2021.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando Audiência Inicial	R\$ 30.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2019	5696401-78.2019.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando sentença	R\$ 10.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5625941-95.2021.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando instrução processual	R\$ 20.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2022	5283944-80.2022.8.09.0146	Cível	1º Grau - Aguardando Instrução processual	R\$ 20.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5605605-70.2021.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando Instrução processual	R\$ 20.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2022	5253722-92.2022.8.09.0126	Cível	1º Grau - Aguardando Audiência Inicial	R\$ 10.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2022	5294792-23.2022.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando Audiência Inicial em 30/01/23 para Contestar	R\$ 30.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2015	0011613-79.2015.8.27.2706	Cível	1º Grau - Aguardando Sentença	R\$ 50.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5523478-75.2021.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando Sentença	R\$ 20.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2022	5516313-74.2022.8.09.0072	Cível	1º Grau - Aguardando Instrução processual	R\$ 20.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2019	5663773-36.2019.8.09.0051	Cível	1º Grau - Aguardando Instrução processual	R\$ 30.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2022	5603621-96.2022.8.09.0154	Cível	1º Grau - Aguardando citação para CONTESTAR	R\$ 20.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2019	5210209-39.2019.8.09.0010	Cível	2º Grau - Decisões desfavoráveis a AGEHAB. Aguardando Cumprimento de Sentença	R\$ 20.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2020	5253600-81.2020.8.09.0051	Cível	1º Grau - aguardando instrução processual	R\$ 10.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5106779-91.2021.8.09.0110	Cível	2º Grau - Aguardando Julgamento dos recursos	R\$ 2.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2022	5050897-93.2022.8.09.0051	Cível	1º Grau - aguardando o cumprimento do mandado de citação	R\$ 3.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2021	5602255-34.2021.8.09.0032	Cível	1º Grau - aguardando o cumprimento dos mandados de citação	R\$ 5.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2020	5403474-43.2020.8.09.0051	Cível	1º Grau - finalizando a fase probatória	R\$ 3.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2022	5487803-17.2022.8.09.0051	Cível	1ª Grau - Contestação apresentada	R\$ 3.000,00	PASSIVO POSSÍVEL

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large 'A' at the bottom right.

2022	5673135-80.2022.8.09.0011	Cível	1º Grau - aguardando citação	R\$ 3.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2007	0002300.50.2007.5.18.0005	Trabalhista	Processo remetido ao TST	R\$ 810.050,25	PASSIVO POSSÍVEL
2021	0000028-66.2021.5.10.0021	Trabalhista	1º Grau - Aguardando Sentença	R\$ 207.830,61	PASSIVO POSSÍVEL
2021	0010821.30.2020.5.18.0004	Trabalhista	1º Grau - ACORDO	R\$ 400.000,00	PASSIVO POSSÍVEL
2022	0011146-98.2022.5.18.0015	Trabalhista	1º Grau - Aguardando instrução processual	R\$ 26.704,69	PASSIVO POSSÍVEL

23.PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido no valor de **R\$ 130.903.031,30** (Cento e Trinta Milhões, Novecentos e Três mil, Trinta e Um reais e Trinta Centavos), está demonstrado com as seguintes contas:

23.1 Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 187.256.418,03, sendo ações ordinárias nominativas com valor unitário por ação de R\$ 1,00 (um real), sendo o Governo do Estado de Goiás acionista majoritário com 99,952764975% das ações, o valor a integralizar é de R\$ 8.877.149,13, sendo capital subscrito de R\$ 196.133.567,16.

23.2 Constituída Reservas de **LUCROS** classificadas **SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS** no valor de **R\$ 212.320.655,73** referem-se aos valores recebidos das fontes orçamentárias:

Recurso Orçamentário Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programa de governo **PROGRAMA MORADIA COMO BASE DA CIDADANIA** para Construção e Reforma de Unidades Habitacionais, Regularização Fundiária e Aluguel Social, gerando benefícios sociais a população goiana.

Recursos Convênios Federais referente aos contratos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários.

DESCRIÇÃO	2022	Movimentações	2021
Reservas de Lucros	R\$ 212.320.655,73	R\$ 198.835.230,06	R\$ 13.485.425,67

23.3 Prejuízo acumulado total é de **R\$ 181.200.027,99**, O Resultado do Exercício obtido pelas operações da empresa no Exercício Social de 2022 é de **R\$ 111.361.215,59** reduzindo a Reserva de lucros decorrente da subvenção para investimento no valor de **R\$ 198.835.230,06**, apura-se um prejuízo fiscal de **R\$ 87.474.014,47**.

DESCRIÇÃO	2022		2021	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$	130.903.031,30	R\$	19.541.815,71
Capital Social	R\$	187.256.418,03	R\$	187.256.418,03
Ações	R\$	187.256.418,03	R\$	187.256.418,03
Integralizado	R\$	187.256.418,03	R\$	187.256.418,03
Capital Subscrito	R\$	196.133.567,16	R\$	196.133.567,16
Capital Subscrito a Integralizar	-R\$	8.877.149,13	-R\$	8.877.149,13
Reservas	R\$	212.320.655,73	R\$	13.485.425,67
Reservas de Lucros	R\$	212.320.655,73	R\$	13.485.425,67
Subvenção para Investimento	R\$	212.320.655,73	R\$	13.485.425,67
Resultado de Apuração	-R\$	268.674.042,46	-R\$	181.200.027,99
Prejuízos Acumulados	-R\$	181.200.027,99	-R\$	177.169.335,08
Resultado do Exercício do Período	-R\$	87.474.014,47	-R\$	4.030.692,91

23.4 Apuração Após Resultado Líquido do Exercício Social 2022

O Resultado do Exercício obtido pelas operações da empresa de **R\$ 111.361.215,59** reduzindo a Reserva de lucros decorrente da subvenção para investimento no valor de **R\$ 198.835.230,06**, apura-se um prejuízo de **R\$ 87.474.014,47**

Apurado Lucro no Exercício Social de 2022 de **R\$ 111.361.215,59** considerando as Receitas (Arrecadadas, Ordinária e Subvenção para Investimento) reduzindo os Custos e Despesas Operacionais e o Resultado Financeiro.

Com isso foi constituída **RESERVAS DE LUCROS** classificadas **SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS** no valor de **R\$ 198.835.230,06** cumprindo assim o artigo 30 da Lei 12.973/2014.

Art. 30. As subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que somente poderá ser utilizada para: (Vigência)

I - absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou

II - aumento do capital social

DESCRIÇÃO	2022		2021	
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	R\$	111.361.215,59	R\$	9.454.732,76
(-) Reservas de Lucros	R\$	198.835.230,06	R\$	13.485.425,67
Subvenção para Investimento				
(=) RESULTADO CONTÁBIL FISCAL	-R\$	87.474.014,47	-R\$	4.030.692,91

1. A Reserva de Lucros Subvenção de Investimento é demonstrada no Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa;
2. O Resultado Contábil Fiscal para fins de Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$ 87.474.014,47, após a classificação da Reserva de Lucros, não há dividendos obrigatórios a serem distribuídos.

24. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

24.1 RECEITA OPERACIONAL BRUTA E LÍQUIDA

DESCRIÇÃO	2022		2021	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$	258.776.678,41	R\$	53.819.131,32
Receitas Bruta de Serviço a)	R\$	3.637.993,37	R\$	3.630.565,52
Receita Ordinária Orçamentária b)	R\$	56.303.454,98	R\$	36.703.140,13
Receita Subvenção Econômica Investimentos c)	R\$	198.835.230,06	R\$	13.485.425,67
(-) Impostos Incidentes	-R\$	518.413,96	-R\$	517.355,49
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$	258.258.264,45	R\$	53.301.775,83

- a) Receita Arrecadada refere-se ao contrato prestação de serviço para gerir a Carteira Habitacional do Estado de Goiás e prestação de serviço registros documentais.
- b) Receita Ordinária oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar as despesas com CUSTEIO e INVESTIMENTO da AGEHAB.
- c) Receita de Subvenção de Investimento oriundo do Tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programas de governo MORADIA COMO BASE DE CIDADANIA para Construção e Reforma de Unidades Habitacionais, Regularização Fundiária e Aluguel Social e da União através de Convênios Federais referente aos termos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar Construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitário.
- d) Os impostos Incidentes sobre a Receita são ISS – Imposto sobre serviço, PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Fins da Seguridade Social

24.2 Custos e Despesa Operacionais

DESCRIÇÃO	2022		2021	
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-R\$	136.634.333,85	-R\$	35.596.037,13
Mão de Obra a)	-R\$	32.143.004,94	-R\$	23.452.852,04
Serviços de Terceiros b)	-R\$	4.108.142,16	-R\$	1.378.043,16
Outros Custos Operacionais c)	-R\$	523.407,30	-R\$	133.460,23
Custos com Obras d)	-R\$	3.122.886,38	-R\$	2.837.769,33
Serviço Aplicado d)	-R\$	96.736.893,07	-R\$	7.793.912,37

DESPESAS OPERACIONAIS	-R\$	15.652.309,42	-R\$	7.659.158,36
Despesas com Pessoal a)	-R\$	8.492.084,15	-R\$	5.934.476,01
Serviço de Terceiros b)	-R\$	916.834,67	-R\$	627.547,40
Despesas Gerais Administrativas c)	-R\$	441.837,72	-R\$	473.756,58
Despesas Tributárias e)	-R\$	336.913,42	-R\$	95.284,38
Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais f)	-R\$	5.464.639,46	-R\$	528.093,99

a) Gastos com Pessoal refere-se ao custo com os Servidores Efetivos, Comissionados, Diretoria Executiva, conselheiros, incluídos as verbas salariais, encargos sociais e provisões conforme determina as legislações, subsidiado pelo Governo do Estado de Goiás através da RECEITA ORDINÁRIA, apropriados conforme regime de competência segregados por Custos e Despesas.

b) Serviços de Terceiros segregados de Custo e Despesa refere-se aos serviços prestados por pessoa jurídica, manutenção de software, locações de veículos, locações de bens para eventos, serviços de limpeza e conservação, serviços de portaria e vigilância, locação de bens imóveis.

c) Outros Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas referem-se a despesas de custeio subsidiadas pelo Governo do Estado de Goiás através da RECEITA ORDINÁRIA, como diárias, materiais em gerais, energia, água e esgoto, telefonia.

d) Os Custos de Programas Habitacionais referem-se às contas Custo com Obras e Serviços Aplicados, dentre o término de 50 unidades Habitacionais no município de Paraúna, gastos com reforma de unidades habitacionais, regularização fundiária, aluguel social, serviço técnico social subsidiados com recurso do Estado de Goiás e União, classificadas como SUBVENÇÃO DE INVESTIMENTO.

e) Tributárias referem-se ao pagamento IPTU, ITU, IOF, PIS, COFINS e outras taxas estaduais e municipais.

f) Outras Receitas referem-se Alienação de terrenos destinados ao empreendimento Ipê no Conjunto Vera Cruz, Recuperação de despesas e Reversão de Crédito de liquidação duvidosa e Outras despesas referem-se aos valores apropriados das depreciações, amortizações e baixa dos bens tangíveis e intangíveis, provisões contingencias e contribuições associativas

24.3 Receitas e Despesas Financeiras

DESCRIÇÃO		2022		2021
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	R\$	5.137.962,86	-R\$	591.847,58
Receitas Financeiras	R\$	5.283.490,11	R\$	401.392,70
Despesas Financeiras	-R\$	145.527,25	-R\$	993.240,28

Referem-se as despesas com tarifas bancárias, atualizações monetárias, juros e multas, encargos dos parcelamentos em contrapartida às receitas financeiras que são os rendimentos das aplicações financeiras, atualizações de contratos e taxas de juros aplicadas.

24.4 Receitas Não Operacionais

DESCRIÇÃO	2022	2021
Receitas Não Operacionais	R\$ 251.631,55	R\$ -
Incorporações de Bens Imóveis	R\$ 240.000,00	R\$ -
Indenizações Processos Judiciais	R\$ 7.801,64	R\$ -
Doações de Bens Móveis	R\$ 3.829,91	R\$ -

No Exercício Social de 2022, houveram movimentações em relação a identificação de terrenos no conjunto Vera Cruz não escriturados, indenização de processo judicial e recebidos bens móveis de órgão estadual.

24.5 Apuração Após Resultado Líquido do Exercício Social 2022

O Resultado do Exercício obtido pelas operações da empresa de R\$ 111.361.215,59 reduzindo a Reserva de lucros decorrente da subvenção para investimento no valor de R\$ 198.835.230,06, apura-se um prejuízo de R\$ 87.474.014,47

Apurado Lucro no Exercício Social de 2022 de R\$ 111.361.215,59 considerando as Receitas (Arrecadadas, Ordinária e Subvenção para Investimento) reduzindo os Custos e Despesas Operacionais e o Resultado Financeiro.

DESCRIÇÃO	2022	2021
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	R\$ 111.361.215,59	R\$ 9.454.732,76
(-) Reservas de Lucros	R\$ 198.835.230,06	R\$ 13.485.425,67
Subvenção para Investimento		
(=) RESULTADO CONTÁBIL FISCAL	-R\$ 87.474.014,47	-R\$ 4.030.692,91

O Resultado Contábil Fiscal para fins de Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$ 87.474.014,47, após a classificação da Reserva de Lucros, não há dividendos obrigatórios a serem distribuídos.

25. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

A Demonstração de FLUXO DE CAIXA – DFC é obrigatória conforme determina a Lei Federal n. 11.638.2007 e o item 3.17 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve apresentar os fluxos de caixa do Exercício Social de 2022 classificados por Atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento.

Atividades Operacionais

A geração do Fluxo de Caixa na Atividade Operacional refere-se aos recursos transferidos no dia 30/12/2022 para as contas correntes vinculadas oriundo da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS da ação governamental **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL** e **GOIÁS ESCRITURAS** referente aos contratos empenhados cumprindo o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº

101/2000.

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Atividades de Investimento

A geração na Caixa da Atividade de Investimento refere-se aos valores contabilizados em Obras e Instalações em Andamento refere-se aos pagamentos de mão-de-obra e materiais utilizados nas construções que estão em fase de elaboração classificadas no GRUPO 04 – Investimento, cujo custos serão apropriados no Resultado no término das obras e entregas das Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários aos beneficiários.

Atividades de Financiamento

A geração na Caixa da Atividade de Financiamento refere-se aos valores provisionados das Contingências judiciais, utilização do recurso oriundo da União de convênios e termos de parcerias.

(=) (Redução)/Aumento Líquido nas Disponibilidades	R\$	268.408.030,32	R\$	154.372.485,47
Saldo de Caixa Início do Exercício	R\$	161.600.453,55	R\$	7.227.968,08
Saldo de Caixa Final do Exercício	R\$	430.008.483,87	R\$	161.600.453,55
(=) Saldo de Caixa Final - Equivalente Caixa Inicial	R\$	268.408.030,32	R\$	154.372.485,47

26. Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Resultado Abrangente

26.1 Demonstração do Valor Adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela AGEHAB e sua distribuição durante determinado período, sendo requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às informações contábeis intermediárias para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada por meio da receita bruta das vendas (incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, como também os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

(=)VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	R\$	152.851.632,06	R\$	39.454.700,68
--	-----	----------------	-----	---------------

(+)DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	R\$	152.851.632,06	R\$	39.454.700,68
Pessoal e Encargos	R\$	40.635.089,09	R\$	29.387.328,05
Impostos, Taxas e Contribuições	R\$	855.327,38	R\$	612.639,87
Lucros Retidos/Prejuízos do Exercício	R\$	111.361.215,59	R\$	9.454.732,76

26.2 Demonstração do Resultado Abrangente não é obrigatória para Sociedade Anônima de Capital Fechado, mais por exigência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás é elaborada e considerando os particulares das movimentações da AGEHAB não houve valores quanto aos itens que compõem a DRA que são:

Resultados líquidos do Exercício Social de 2022

Especificação de cada um dos itens dos resultados abrangentes, de acordo com a sua natureza;

Equivalência patrimonial de outros resultados abrangentes; e

Resultado abrangente total.

O **Resultado Abrangente total** inclui:

Ajuste de avaliação patrimonial;

Variações da reserva de reavaliação;

Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão; e

Ganhos e perdas derivados da conversão de demonstrações de operações no exterior.

27. DOS CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES

O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada da AGEHAB, é composto por 05 (cinco) membros, pessoas naturais e residentes no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, que indicará o Presidente e seu substituto, todos com prazo de mandato que não poderá ser superior a 3 (três) anos, permitida a reeleição, os quais perceberão honorários mensais de 10% da média aritmética da remuneração da diretoria executiva.

A Diretoria Executiva é um órgão de natureza colegiada com poderes para exercer a administração da AGEHAB, e tem a seguinte composição:

I – 01 (um) Presidente;

II – 01 (um) Vice-Presidente, III – 01 (um) Diretor Técnico;

IV – 01 (um) Diretor Administrativo, V – 01 (um) Diretor Financeiro;

VI – 01 (um) Diretor de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica e VII – 01 (um) Diretor de Governança e Transparência.

Os honorários da Diretoria Executiva serão fixados pela Assembleia Geral dos Acionistas. Os honorários dos diretores poderão atingir até 95% (noventa e cinco por cento) do que for fixado para o presidente. Em caso de provimento de um dos cargos da Diretoria Executiva ou dos cargos em comissão por servidor ou empregado público com vínculo permanente com a Administração Pública, sua remuneração será composta do respectivo salário-base acrescido de 60% (sessenta por cento) dos honorários ou do salário atribuídos ao cargo que ocupar, remuneração essa limitada ao teto constitucional observável.

O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador da administração e funcionará em caráter permanente e com atribuições fixadas em lei, sendo composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, brasileiros, acionistas ou não, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, os quais perceberão honorários mensais de 10% da média aritmética da remuneração da diretoria executiva.


28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes ao encerramento do balanço de 31 de dezembro de 2022, até a data de divulgação das demonstrações financeiras, que ensejassem ajustes contábeis às demonstrações apresentadas, nem divulgações complementares.

Goiânia/GO, 31 de dezembro de 2022



Pedro Henrique Ramos Sales
CPF: 002.080.231-51
Presidente



Eliane Simonini Baltazar
CPF: 828.684.251-00
Vice-Presidente




Melissa de Castro Machado
CPF: 882.334.481-68
Diretora Financeira




Vinicius Ferreira de Lima
CPF: 932.902.921-34
Diretor Administrativo



Lucas Magalhães de Gouveia
CPF: 012.101.321-92
Diretor de Governança e Transparência



Sirlei Aparecida da Guia
CPF: 348.640.831-34
Diretora Técnica



Priscilla Norgann de Sousa Paranhos
CPF: 725.327.502-00
Diretora de Desenvolvimento Institucional
E Cooperação Técnica



Karilla Guimarães Rodrigues
CPF: 913.946.431-87
Contadora CRC GO 017564/O-8